



T3219001N

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS  
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO  
EDITAL TJGO Nº 01/2025

## JUIZ LEIGO

NOME \_\_\_\_\_

INSCRIÇÃO \_\_\_\_\_

**PROVA**  
**03**

Na Folha de Respostas,  
no local indicado,  
lembre-se de preencher  
o Número da Prova!  
O não preenchimento  
levará à  
desclassificação.

### Material recebido

- ✓ Prezado(a) candidato(a), além deste Caderno de Questões com **oitenta questões objetivas**, você receberá a Folha de Respostas. Verifique se seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição estão corretos.
- ✓ Confira seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração.

### Material a ser devolvido

- ✓ O único documento válido para a avaliação é a Folha de Respostas, a qual deve ser devolvida ao fiscal devidamente assinada no local destinado a esse fim.
- ✓ Na Folha de Respostas, os alvéolos devem ser preenchidos da seguinte maneira: ●
- ✓ Para todo e qualquer preenchimento, só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.

### Duração da prova e permanência na sala

- ✓ O prazo de realização da prova é de 05 (cinco) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas.
- ✓ Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, você estará liberado(a) para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, entretanto **NÃO** poderá se retirar da sala com qualquer tipo de anotação e/ou com o Caderno de Questões.
- ✓ O(A) candidato(a) poderá levar consigo este Caderno de Questões no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o término da prova.
- ✓ Os(As) três últimos(as) candidatos(as) só poderão se retirar da sala juntos(as), após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.

### Divulgação

- ✓ Os Cadernos de Questões e os Gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do **Instituto AOC**P, no endereço eletrônico [www.institutoaocp.org.br](http://www.institutoaocp.org.br), conforme previsto em Edital.

**\*O não cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, neste Caderno e na Folha de Respostas incorrerá em sua eliminação.**



**instituto aocp**



## Conhecimentos Básicos

### Língua Portuguesa

#### Opine... não detone!

O direito de se expressar é uma conquista da humanidade, o de se defender também

Ivone Zeger

“A rua e a internet são os espaços dos embates democráticos”, disse a filha, e o pai rebate: “A internet é terra de ninguém. A rua também”. Diálogo que expressa certo conflito geracional, flagrei-o no elevador.

Sim, os jovens ocupam as ruas para expressar a insatisfação; eles flagram contradições e alavancam debates. Cidadãos de todas as idades têm se utilizado das redes sociais para expressar opiniões. Todos parecem conscientes da liberdade de expressão preconizada pela Constituição Federal. Mas, se nas ruas há os limites concretos – como as necessidades de mobilização envolvendo as distâncias, de coerência nas pautas reivindicatórias, de cartazes, das estratégias e eventual enfrentamento com a polícia se a ação é de desobediência civil –, na rede social o que separa a opinião pessoal do espaço público é um apertar de botão. Daí, provavelmente, a ideia do pai acerca da internet: “terra de ninguém”.

A ideia de liberdade de expressão trafega em bytes e bate lá onde garotos e garotas, boa parte deles ainda menor de idade, se sentem totalmente à vontade para postar opiniões pessoais, um exercício interessante não fosse a falta de limites, especialmente quando o tema das postagens são os outros. Fotos de garotas são tiradas às escondidas e postadas, expondo colegiais a situações constrangedoras. O bullying virtual se soma ao real, nas escolas, e provoca tragédias pessoais pouco difundidas pela imprensa. Afinal, será que os pais sabem até onde seus filhos podem ir nessa “terra de ninguém” ou, mais apropriadamente, no espaço virtual?

Encarar as estripulias virtuais como “coisas da idade” pode ser um equívoco. Se a liberdade de expressão está garantida pela Constituição, a moral e a honra das pessoas também estão. Discussões acirradas entre adultos nas redes sociais nem sempre oferecem parâmetros para os mais jovens, e até por isso, cabe o conhecimento da lei para prevenir que a falta de limites resulte em dores de cabeça para os pais. [...]

Existem leis estaduais e municipais que também caracterizam o bullying e preconizam atitudes preventivas nas escolas. Descobrir se na sua cidade ou estado há uma lei assim, conhecê-la e discuti-la com os filhos é uma atitude preventiva e necessária. [...]

Vale lembrar, ainda, que o mercado de trabalho é exigente e, atualmente, textos e opiniões postados nas redes sociais são averiguados pelos empregadores. Não adianta enviar um currículo sóbrio e bem escrito e ter uma “persona” virtual que deixa má impressão. [...]

Já o artigo 932, em seu inciso II, aponta que “os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia” são os responsáveis pela reparação civil, que significa o pagamento de determinada importância como indenização por dano resultante de delito ou ato ilícito. Os delitos de injúria, difamação e calúnia estão descritos no Código Penal, bem como as respectivas punições, que incluem detenção.

Pode parecer exagero, mas os artigos citados provam que “liberdade de expressão” é um daqueles direitos que exige muita autocrítica e discernimento. Nunca será demais ensiná-los. Afinal, em um contexto civilizatório, não se pode falar em “terra de ninguém”.

Adaptado de: <https://www.estadao.com.br/politica/blog-do-fausto-macedo/opine-nao-detone/?srsltid=AfmBOoqf-6Xj3oEgllsv49HuXhUHnnLPxwa2SgzQWetkUxk7dyfspDJj>.

#### 1

**Assinale a alternativa em que o processo de formação da palavra está corretamente identificado, conforme a morfologia da língua portuguesa.**

- (A) O termo “internet”, utilizado algumas vezes no texto, é considerado derivado, visto que foi incorporado da língua inglesa.
- (B) Em “[...] das estratégias e eventual enfrentamento com a polícia [...]”, no termo destacado, o sufixo “-mento” indica qualidade/estado.
- (C) No trecho “[...] que significa o pagamento de determinada importância como indenização por dano resultante de delito ou ato ilícito.”, o prefixo “-i” do vocábulo destacado tem a função de tornar a palavra um substantivo.
- (D) Em “Não adianta enviar um currículo sóbrio e bem escrito e ter uma ‘persona’ virtual que deixa má impressão. [...]”, os termos sublinhados são formados por aglutinação.
- (E) No excerto “Fotos de garotas são tiradas às escondidas e postadas [...]”, o termo em destaque é considerado uma redução vocabular.

**2**

**Os seguintes excertos retirados do texto de apoio passaram por uma reescrita. Assinale a alternativa cuja colocação pronominal esteja correta.**

- (A) O direito de expressar-se é uma conquista da humanidade [...].
- (B) Cidadãos de todas as idades não têm utilizado-se das redes sociais para expressar opiniões.
- (C) Afinal, em um contexto civilizatório, nunca falar-se-ia em “terra de ninguém”.
- (D) [...] onde garotos e garotas, boa parte deles ainda menor de idade, sentir-se-iriam totalmente à vontade para postar opiniões pessoais [...].
- (E) O bullying virtual sempre soma-se ao real, nas escolas [...].

**3**

**A respeito da ortografia, da acentuação gráfica e da pontuação empregadas em excertos do texto, assinale a alternativa correta.**

- (A) Em “[...] ‘liberdade de expressão’ é um daqueles direitos que exige muita autocrítica e discernimento.”, o termo em destaque deveria conter hífen.
- (B) No excerto “Daí, provavelmente, a ideia do pai acerca da internet [...]”, o vocábulo sublinhado deveria levar acento agudo, de acordo com a norma-padrão.
- (C) Em “Vale lembrar, ainda, que o mercado de trabalho é exigente [...]”, as vírgulas que acompanham o termo “ainda” não são obrigatórias.
- (D) No trecho “Sim, os jovens ocupam as ruas para expressar a insatisfação [...]”, a vírgula após o “sim” foi utilizada para isolar um discurso direto.
- (E) Em “Daí, provavelmente, a ideia do pai acerca da internet: ‘terra de ninguém’.”, o termo em destaque poderia ser substituído por “Além disso”, dando mais sentido e formalidade ao texto.

**4**

**A partir da leitura do texto, assinale a alternativa correta.**

- (A) O diálogo entre pai e filha presenciado pela autora do texto expressa uma concordância entre ambos, embora por meio de frases conflitantes.
- (B) Os jovens cometem bullying, fazem protestos antidemocráticos e constroem os próprios colegas em nome da liberdade de expressão.
- (C) A autora sugere que os pais se atentem a ensinar os jovens a respeito da liberdade de expressão em um contexto civilizatório e consciente.
- (D) A autora entende ser um exagero que determinados artigos considerem a liberdade de expressão um direito que exige autocritica em demasia.
- (E) Visto que o mercado de trabalho, atualmente, está mais rigoroso, é preciso ter a cautela de não expressar as próprias opiniões nas redes sociais.

**5**

**Assinale a alternativa em que o uso do acento grave, indicativo de crase, está corretamente explicado.**

- (A) Em “[...] se sentem totalmente à vontade para postar opiniões pessoais [...]”, o fenômeno da crase ocorreu devido à regência do vocábulo “totalmente” e ao artigo feminino anteposto ao termo “vontade”.
- (B) No trecho “Fotos de garotas são tiradas às escondidas e postadas [...]”, ocorre o uso do acento grave por se tratar de uma locução adverbial feminina.
- (C) Em “[...] expondo colegas a situações constrangedoras.”, o uso do acento grave no termo em destaque é facultativo.
- (D) No excerto “[...] para obrigar as escolas brasileiras a realizarem campanhas contra a prática do bullying.”, o uso do acento grave no vocábulo sublinhado é obrigatório.
- (E) Em “O direito de se expressar é uma conquista da humanidade [...]”, caso o termo destacado fosse substituído por “a”, ele levaria acento grave.

6

Assinale a alternativa cujo termo sublinhado exerça a mesma função que o destacado no seguinte excerto:

“Diálogo que expressa certo conflito geracional, flagrei-o no elevador.”.

- (A) “Afiml, será que os pais sabem até onde seus filhos podem ir nessa ‘terra de ninguém’ [...]”.
- (B) “[...] cabe o conhecimento da lei para prevenir que a falta de limites resulte em dores de cabeça para os pais.”.
- (C) “[...] qualquer prática de violência física ou psicológica, intencional e repetitiva, entre pares, que ocorra sem motivação evidente [...]”.
- (D) “Vale lembrar, ainda, que o mercado de trabalho é exigente e, atualmente, textos e opiniões postados nas redes sociais são averiguados pelos empregadores.”.
- (E) “Já o artigo 932, em seu inciso II, aponta que ‘os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia’[...].”.

7

Assinale a alternativa em que o vocábulo entre parênteses substitua semanticamente o termo em destaque.

- (A) “Todos parecem conscientes da liberdade de expressão preconizada pela Constituição Federal.”. (côncios).
- (B) “O bullying virtual se soma ao real, nas escolas, e provoca tragédias pessoais pouco difundidas pela imprensa.”. (acumuladas).
- (C) “Encarar as estripulias virtuais como ‘coisas da idade’ pode ser um equívoco.”. (amenidades).
- (D) “Discussões acirradas entre adultos nas redes sociais nem sempre oferecem parâmetros para os mais jovens [...]”. (prolixas).
- (E) “[...] os artigos citados provam que ‘liberdade de expressão’ é um daqueles direitos que exige muita autocrítica e discernimento.”. (objeção).

8

Assinale a alternativa correta a respeito do texto e seus aspectos linguísticos.

- (A) Embora seja um texto formal e argumentativo, a autora utiliza-se majoritariamente de linguagem conotativa para expressar suas ideias.
- (B) Por se tratar de um artigo de opinião, a autora utiliza características comuns ao gênero, tais como: objetividade, dados estatísticos, entrevistas etc.
- (C) A expressão “terra de ninguém”, utilizada no texto, é um exemplo de variação linguística geográfica, uma vez que é utilizada apenas em alguns lugares do país.
- (D) Na expressão “O bullying virtual se soma ao real, nas escolas, e provoca tragédias pessoais pouco difundidas pela imprensa.”, o termo destacado indica, na oração, o sentido de lugar.
- (E) Em “A ideia de liberdade de expressão trafega em bytes e bate lá onde garotos e garotas [...] se sentem totalmente à vontade para postar opiniões pessoais [...]”, a autora se utiliza de ironia.

9

Com base na leitura do texto de apoio, assinale a alternativa correta.

- (A) Para a autora, a juventude ocupou as ruas a fim de expressar sua indignação pela falta de liberdade de expressão.
- (B) A autora considera interessante que os jovens exponham suas opiniões nas redes sociais, mas impõe que os pais saibam o que os filhos fazem ao navegar por elas.
- (C) As discussões promovidas por adultos mais experientes e com bagagem intelectual permitem que os jovens tenham mais consciência de suas próprias expressões na internet.
- (D) Para a autora, é preciso que as escolas conheçam a legislação que caracteriza o bullying e possam alertar e instruir os alunos a respeito do tema.
- (E) De acordo com a autora, em um contexto de civilização, não deve haver situações pelas quais ninguém se responsabilize.

10

Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. No excerto “Existem leis estaduais e municipais que também caracterizam o bullying e preconizam atitudes preventivas nas escolas.”, o termo em destaque pode ser substituído por “adversas”, sem prejuízo de sentido ao texto.
- II. No excerto “Vale lembrar, ainda, que o mercado de trabalho é exigente [...]”, o vocábulo sublinhado tem valor temporal.
- III. Em “Os delitos de injúria, difamação e calúnia estão descritos no Código Penal, bem como as respectivas punições, que incluem detenção.”, o conectivo “bem como” indica adição.
- IV. Em “[...] caracteriza o bullying como ‘qualquer prática de violência física ou psicológica, intencional e repetitiva, entre pares, que ocorra sem motivação evidente [...]’”, o termo destacado tem função comparativa.

- (A) Apenas III.  
(B) Apenas II e III.  
(C) Apenas II, III e IV.  
(D) I, II, III e IV.  
(E) Apenas I, II e IV.

## Conhecimentos Específicos

### Juizados Especiais

11

De acordo com a Lei dos Juizados Especiais da Fazenda Pública (Lei nº 12.153/2009), assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é absoluta.
- (B) Os representantes judiciais dos réus presentes à audiência poderão conciliar, transigir ou desistir nos processos da competência dos Juizados Especiais, nos termos e nas hipóteses previstas na lei do respectivo ente da Federação.
- (C) As Turmas Recursais do Sistema dos Juizados Especiais são compostas por juízes em exercício no primeiro grau de jurisdição, na forma da legislação dos Estados e do Distrito Federal, com mandato de dois anos, e integradas, preferencialmente, por juízes do Sistema dos Juizados Especiais.
- (D) O pedido de uniformização, fundado em divergência entre Turmas do mesmo Estado, será julgado em sessão conjunta das Turmas em conflito, sob a presidência do Desembargador Vice-Presidente do respectivo Tribunal de Justiça.
- (E) A designação dos juízes das Turmas Recursais obedecerá aos critérios de antiguidade e merecimento.

**12**

**João, servidor público municipal, ajuizou ação perante o Juizado Especial da Fazenda Pública buscando o pagamento de diferenças de adicional por tempo de serviço, com valor da causa de 55 salários mínimos.**

**Paralelamente, Maria ajuizou demanda contra uma operadora de telefonia perante o Juizado Especial Cível, pleiteando indenização por danos materiais e morais decorrentes de falhas na prestação do serviço, atribuindo à causa o valor de 45 salários mínimos.**

**Com base no caso concreto e nas normas que regem os Juizados Especiais da Fazenda Pública (Lei nº 12.153/2009) e os Juizados Especiais Cíveis (Lei nº 9.099/1995), é correto afirmar que**

- (A) João pode demandar perante o Juizado Especial da Fazenda Pública, pois o valor da causa está dentro do limite de alçada; Maria, por sua vez, deve demandar perante o juízo comum, já que o valor atribuído ultrapassa o limite do Juizado Especial Cível, salvo se renunciar ao excedente para adequá-lo ao teto.
- (B) Ambas as ações devem ser propostas no juízo comum, porque demandas envolvendo servidores públicos não se submetem ao Juizado Especial da Fazenda Pública, ainda que o valor esteja dentro do limite legal, e porque o Juizado Especial Cível não aprecia causas de consumo envolvendo telefonias, as quais competem à Justiça Federal.
- (C) Ambas as ações podem tramitar nos Juizados Especiais, pois valores de 55 e 45 salários mínimos, respectivamente, enquadram-se nos limites de alçada tanto do Juizado da Fazenda Pública quanto do Juizado Especial Cível.
- (D) João deve propor sua ação no juízo comum, porque o teto de alçada aplicável é de 40 salários mínimos, enquanto Maria pode manter sua ação no Juizado Especial Cível mesmo com valor superior a 40 salários mínimos, desde que comprove hipossuficiência.
- (E) Maria pode permanecer no Juizado Especial Cível, pois o valor da causa está dentro do respectivo teto de alçada; e João também pode permanecer no Juizado Especial da Fazenda Pública, pois o ente municipal pode ser demandado nesse juízo até o limite de 60 salários mínimos, independentemente da natureza da causa.

**13**

**A respeito dos Juizados Especiais Cíveis (Lei nº 9.099/1995), analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).**

- I. Entre outras, estão excluídas da competência dos Juizados Especiais Cíveis as causas de natureza alimentar e falimentar.
- II. O Juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime, atendendo aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum.
- III. O mandato ao advogado poderá ser verbal, inclusive quanto aos poderes especiais.
- IV. O réu, sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, poderá ser representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, desde que haja vínculo empregatício.

- (A) Apenas II.
- (B) Apenas III.
- (C) Apenas I e II.
- (D) Apenas III e IV.
- (E) Apenas I, III e IV.

**14**

**Em ação de cobrança proposta por Maria contra João no Juizado Especial Cível, foi designada audiência de instrução e julgamento. Maria compareceu e apresentou comprovantes de transferência e conversas que indicam o empréstimo não pago. João não compareceu pessoalmente, mas seu advogado esteve presente, munido de procuração, sem justificar a ausência do réu e sem apresentar proposta de acordo.**

**Nesse caso, de acordo com a Lei nº 9.099/1995, é correto afirmar que**

- (A) a presença do advogado supre a ausência pessoal do réu, de modo que não se aplicam os efeitos da revelia.
- (B) a ausência pessoal do réu impõe a extinção do processo sem resolução do mérito, por ato atentatório à dignidade da justiça.
- (C) diante da ausência do réu, o processo deve ser remetido ao juízo comum, por incompatibilidade com o rito dos Juizados.
- (D) a presunção de veracidade somente se aplica se o réu faltar a duas audiências consecutivas, o que não ocorreu no caso.
- (E) devem ser reputados verdadeiros os fatos alegados na petição inicial, ante a ausência pessoal do demandado à audiência.

**15**

No Juizado Especial Cível, o juiz julgou procedente o pedido de Bianca, reconhecendo-lhe direito previsto em lei estadual. A sentença transitou em julgado em 2024. Em 2025, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, em controle concentrado de constitucionalidade, declarou essa lei incompatível com a Constituição.

Com base no caso narrado e à luz da jurisprudência da Suprema Corte, é correto afirmar que a respectiva decisão transitada em julgado no Juizado Especial Cível

- (A) permanece incólume, pois a Lei nº 9.099/1995 impede a desconstituição da coisa julgada formada no Juizado, ainda que sobrevenha decisão do STF em sentido contrário.
- (B) não pode ser invalidada, por se tratar de pronunciamento do STF proferido em controle concentrado.
- (C) não produziu coisa julgada, sendo possível propor nova ação com base na declaração de inconstitucionalidade.
- (D) pode ser rescindida mediante ação rescisória, no prazo de dois anos, contado do trânsito em julgado da decisão que se pretende desconstituir.
- (E) pode ser desconstituída por simples petição, apresentada em prazo equivalente ao da ação rescisória.

**16**

Em ação que tramitava no Juizado Especial Cível, não houve acordo na audiência de conciliação. As partes, de comum acordo, optaram pelo juízo arbitral, escolhendo como árbitro um dos juizes leigos. Realizada a instrução, o árbitro apresentou o laudo, que foi homologado pelo juiz togado por sentença.

De acordo com a Lei nº 9.099/1995, é correto afirmar que, contra essa decisão,

- (A) cabe apelação.
- (B) cabe recurso inominado.
- (C) não cabe recurso.
- (D) cabe agravo de instrumento.
- (E) cabe recurso arbitral.

**17**

De acordo com a Lei dos Juizados Especiais Cíveis (Lei nº 9.099/1995), informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- ( ) Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, desde que previamente requeridas, podendo o juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.
- ( ) A prova oral será reduzida a escrito, devendo a sentença fazer referência, no essencial, aos elementos colhidos nos depoimentos.
- ( ) Não se admitirá sentença condenatória por quantia ilíquida, salvo se genérico o pedido.
- ( ) O recurso terá somente efeito devolutivo, podendo o juiz dar-lhe efeito suspensivo, para evitar dano irreparável para a parte.

- (A) F – V – V – F.
- (B) F – F – F – V.
- (C) F – F – V – V.
- (D) V – V – F – F.
- (E) V – F – V – F.

**18**

Mário foi denunciado pela prática de crime de menor potencial ofensivo. Presentes os requisitos legais, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, propôs a suspensão condicional do processo pelo prazo de dois anos, a qual foi aceita por Mário e por seu defensor, em audiência, na presença do juiz. Cumpridas as condições impostas e expirado o prazo sem revogação da medida, nos termos da Lei nº 9.099/1995, o juiz deve declarar

- (A) a absolvição sumária do acusado.
- (B) a improcedência da denúncia, com arquivamento do feito.
- (C) a rejeição da denúncia, com arquivamento do feito.
- (D) o perdão judicial do acusado.
- (E) a extinção da punibilidade do acusado.

**19**

**Acerca dos Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/1995), assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios de oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, objetivando, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.
- (B) Na reunião de processos, perante o juízo comum ou o tribunal do júri, decorrentes da aplicação das regras de conexão e continência, observar-se-ão os institutos da transação penal e da composição dos danos civis.
- (C) Não encontrado o acusado para ser citado, o Juiz encaminhará as peças existentes ao Juízo comum para adoção do procedimento previsto em lei.
- (D) As disposições da Lei nº 9.099/1995 não se aplicam no âmbito da Justiça Militar.
- (E) A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que se consumar a infração penal.

**20**

**Assinale a alternativa correta acerca da fase preliminar no âmbito dos Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/1995).**

- (A) A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência instaurará inquérito policial e o encaminhará imediatamente ao Juizado, com o autor do fato e a vítima, providenciando as requisições dos exames periciais necessários.
- (B) A composição dos danos civis será reduzida a escrito e, homologada pelo Juiz mediante sentença irrecorrível, terá eficácia de título executivo a ser cumprido no próprio Juizado Especial Criminal.
- (C) Não obtida a composição dos danos civis, será dada imediatamente ao ofendido a oportunidade de exercer o direito de representação verbal, sendo que o não oferecimento da representação na audiência preliminar implica a decadência do direito.
- (D) Tratando-se de ação penal de iniciativa privada ou de ação penal pública condicionada à representação, o acordo homologado acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação.
- (E) Aceita a proposta de transação penal pelo autor da infração, o Juiz aplicará pena restritiva de direitos ou multa, que não importará em reincidência, sendo registrada apenas para impedir a concessão do mesmo benefício no prazo de três anos.

**21**

**Em relação à Resolução nº 43/2015, que regulamenta as atividades dos Juizes Leigos no âmbito dos Juizados Especiais do Estado de Goiás, assinale a alternativa correta.**

- (A) Os Juizes Leigos funcionam como Auxiliares da Justiça, em caráter temporário e sem vínculo empregatício ou estatutário, nem obrigação de natureza previdenciária.
- (B) O Juiz Leigo atuará como auxiliar do Juiz de Direito, exercendo atividades de mediação entre as partes nas fases de conciliação e de instrução do processo, sendo-lhe permitido, no âmbito dos processos sob sua condução, proferir e executar as respectivas sentenças.
- (C) É vedado o exercício da função de Juiz Leigo por servidores efetivos ou comissionados do Poder Judiciário do Estado de Goiás, salvo se licenciado.
- (D) Compete ao Juiz Leigo elaborar o projeto de decisão relativo aos embargos de declaração decorrentes de sua atuação anterior, sendo o ato contabilizado para fins remuneratórios.
- (E) Enquanto durar a designação, o Juiz Leigo estará impedido de exercer a advocacia, bem como de manter vínculo com escritório de advocacia que atue perante os Juizados.

**22**

**Com base na Resolução nº 43/2015, que regulamenta as atividades dos Juizes Leigos no âmbito dos Juizados Especiais do Estado de Goiás, assinale a alternativa correta.**

- (A) O exercício ininterrupto da atribuição de Juiz Leigo por, no mínimo, seis meses será considerado como título em concurso público para a magistratura no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Goiás.
- (B) É vedada à Administração do Tribunal, sob o fundamento do sigilo e da privacidade dos processos judiciais, a celebração de contratos, convênios, acordos ou instrumentos congêneres com instituições de ensino para a capacitação de Juizes Leigos no desempenho de suas atribuições.
- (C) O Juiz Leigo poderá ser dispensado da atribuição a qualquer momento, segundo a conveniência e oportunidade da administração.
- (D) Será dispensado o Juiz Leigo que apresentar índice insatisfatório de produtividade no desincumbir de suas atribuições, a ser aferido pela Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.
- (E) Será dispensado o Juiz Leigo que incorrer nas faltas funcionais passíveis de punição a partir da suspensão, não sendo suficiente a mera advertência.

**23**

Diante do acúmulo de processos, o Tribunal decidiu designar número de Juízes Leigos superior ao dobro do total de Juizados Especiais instalados no Estado. Paralelamente, o Coordenador do Sistema dos Juizados Especiais e Turmas Recursais nomeou três Juízes Leigos itinerantes para atuação em comarcas distintas, sem justificativa formal e sem anuência da Presidência. A respeito do exposto, à luz da Resolução nº 43/2015, é correto afirmar que

- (A) ambas as medidas estão incorretas, pois o número de Juízes Leigos está limitado a até o dobro do total de Juizados Especiais instalados no Estado e a designação itinerante exige situação excepcional devidamente justificada e anuência da Presidência do Tribunal.
- (B) ambas as medidas estão corretas, pois é possível ultrapassar o limite do dobro diante de necessidade de serviço atestada pela unidade gestora, e a designação de Juízes Leigos itinerantes pode ocorrer sem anuência da Presidência em caso de urgência operacional, bastando registro interno pela Coordenação.
- (C) a primeira medida está correta, pois o limite de quantitativo de Juízes Leigos pode observar até o triplo do total de Juizados Especiais instalados no Estado; porém a segunda medida está incorreta, porque, ainda que não haja justificativa formal, a providência demanda anuência da Presidência do Tribunal.
- (D) a segunda medida está correta, já que a designação itinerante é ato discricionário da Coordenação, dispensada a justificativa formal e bastando comunicação posterior à Presidência; a primeira medida está incorreta, porque o limite do dobro alcança apenas os Juizados Cíveis, não abrangendo os da Fazenda Pública e os Criminais.
- (E) a segunda medida está correta, pois a anuência da Presidência é presumida quando vigente portaria anual de delegação à Coordenação, tornando desnecessária a justificativa individualizada; a primeira medida está incorreta, porque o limite do dobro diz respeito a cada comarca isoladamente, e não ao somatório estadual.

**24**

Francisco, contribuinte estadual, impetrou mandado de segurança perante o Juizado Especial da Fazenda Pública de seu domicílio para suspender a exigibilidade de ICMS lançado por auto de infração, alegando ilegalidade no procedimento fiscal do Estado. O feito foi distribuído e concluso ao juiz do Juizado.

À luz da Lei nº 12.153/2009 e do ordenamento jurídico vigente, o magistrado agirá corretamente se

- (A) extinguir o processo sem resolução do mérito, por entender incompetente o Juizado Especial da Fazenda Pública para processar mandado de segurança.
- (B) declinar da competência e remeter os autos ao juízo competente, por se tratar de ação excluída da competência do Juizado Especial da Fazenda Pública.
- (C) determinar a notificação da autoridade coatora para prestar informações, prosseguindo o mandado de segurança no próprio Juizado.
- (D) determinar a remessa dos autos ao Juizado Especial Cível da mesma comarca, por se tratar de demanda de natureza tributária.
- (E) designar audiência de conciliação, a fim de tentar solução consensual com a autoridade apontada como coatora.

**25**

**Sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública (Lei nº 12.153/2009), assinale a alternativa correta.**

- (A) Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência do Juizado Especial, considerar-se-á apenas o valor das parcelas já eventualmente vencidas.
- (B) No âmbito dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, as pessoas jurídicas de direito público gozam de prazo em dobro para suas manifestações.
- (C) Nas causas regidas pela Lei nº 12.153/2009, é obrigatório o reexame necessário.
- (D) Podem figurar como réus no Juizado Especial da Fazenda Pública os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios, bem como as respectivas autarquias, fundações e empresas públicas a eles vinculadas.
- (E) Os Municípios, observados o teto de alçada e a baixa complexidade da demanda, podem atuar como autores perante o Juizado Especial da Fazenda Pública.

## Direito do Consumidor

26

Com base no conceito de “serviço” definido pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC), assinale a alternativa correta.

- (A) As atividades bancárias não são consideradas serviços para fins do CDC, pois envolvem remuneração de natureza financeira.
- (B) O trabalho de um empregado contratado com vínculo celetista não se enquadra como serviço sujeito às normas do CDC, pois a relação é regida pela legislação trabalhista.
- (C) Serviços prestados por profissionais liberais não estão sujeitos ao CDC, por se caracterizarem como relações contratuais civis.
- (D) As atividades securitárias não se configuram como serviços para o CDC, pois se vinculam a contratos de risco e não a consumo.
- (E) O fornecimento de crédito não pode ser considerado serviço para fins do CDC, já que envolve remuneração indireta.

27

José é proprietário de um imóvel urbano. Ícaro, vizinho de José, contratou os serviços da empresa Alfa para a instalação de cerca elétrica, e o prestador de serviços necessitou adentrar no terreno de José para realizar a instalação no muro de Ícaro. Na instalação, o prestador de serviços danificou o muro da propriedade de José, causando-lhe prejuízos de ordem material. Nesse caso, pode ser aplicado o Código de Defesa do Consumidor (CDC) para a reparação de danos de José?

- (A) Não, pois José não contratou o serviço nem adquiriu qualquer produto da empresa Alfa, inexistindo relação jurídica de consumo que legitime a aplicação do CDC.
- (B) Sim, pois José é consumidor por equiparação, podendo pleitear reparação de danos em face da empresa Alfa, a qual é objetivamente responsável pelo fato do serviço.
- (C) Não, porque o caso se trata de relação exclusivamente contratual entre Ícaro e a empresa Alfa, cabendo apenas a Ícaro exigir da empresa Alfa indenização em favor de José.
- (D) Sim, mas a empresa Alfa só responderá se ficar comprovado que o prestador de serviços agiu com dolo ou culpa grave ao danificar o muro de José.
- (E) Sim, porque, ainda que José não seja consumidor, o CDC se aplica sempre que houver prejuízo decorrente de qualquer prestação de serviço, independentemente da natureza da relação jurídica.

28

De acordo com o que prevê o Código de Defesa do Consumidor (CDC) acerca da desconsideração da personalidade jurídica, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. Poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade representar obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados ao consumidor.
- II. As sociedades coligadas só responderão quando caracterizada a culpa.
- III. Nos casos de falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração, admite-se a desconsideração da personalidade jurídica.
- IV. O juiz pode desconsiderar a personalidade jurídica quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, ato ilícito ou violação do contrato ou estatuto social.
- V. As sociedades integrantes de grupo societário ou controladas respondem solidariamente pelas obrigações decorrentes do CDC.

- (A) Apenas I, II, III e IV.
- (B) Apenas I, IV e V.
- (C) Apenas II, III e IV.
- (D) I, II, III, IV e V.
- (E) Apenas I, III e V.

**29**

**Sobre a responsabilidade por vício do produto e do serviço, assinale a alternativa correta, de acordo com o que dispõe expressamente o Código de Defesa do Consumidor (CDC).**

- (A) São próprios ao uso e consumo os produtos cujos prazos de validade estejam vencidos, mas que respeitem a margem de segurança indicada pelo fabricante.
- (B) No caso de fornecimento de produtos *in natura*, será responsável perante o consumidor o fornecedor imediato, exceto quando identificado claramente seu produtor.
- (C) Os fornecedores respondem subsidiariamente pelos vícios de quantidade do produto sempre que, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, seu conteúdo líquido for inferior às indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou de mensagem publicitária.
- (D) A ignorância do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços o exime de responsabilidade, desde que devidamente comprovada.
- (E) A garantia legal de adequação do produto ou serviço depende de termo expresso, devendo ser fixado o prazo para tanto.

**30**

**Uma grande rede de supermercados, visando impulsionar suas vendas, adotou as seguintes práticas:**

1. **Condicionou a venda de alguns produtos de primeira necessidade à aquisição de outros itens, formando “combos obrigatórios”.**
2. **Negou-se a vender determinado eletrodoméstico, disponível em estoque, a consumidor que se dispôs a pagar à vista.**
3. **Elevou preços de diversos produtos em razão da alteração nos custos de fornecimento.**
4. **Na venda de alguns eletrodomésticos, após fazer o teste de funcionamento com o consumidor, passou a exigir a sua assinatura em termo em que assumia a responsabilidade por vícios de qualidade dos produtos adquiridos.**

**À luz do Código de Defesa do Consumidor (CDC), assinale a alternativa correta acerca dessas práticas.**

- (A) Apenas as condutas dos itens 1 e 2 configuram práticas abusivas expressamente previstas no CDC.
- (B) Apenas a conduta do item 4 se enquadra como prática abusiva, pois a transferência de responsabilidade é vedada.
- (C) Os itens 1, 2 e 4 configuram práticas abusivas tipificadas no CDC.
- (D) As condutas dos itens 3 e 4 são compatíveis com a liberdade negocial e não configuram abusividade.
- (E) Apenas a conduta dos itens 2 e 4 configuram práticas abusivas expressamente previstas no CDC.

**31**

**Considerando o que dispõe o Código de Defesa do Consumidor (CDC), a respeito dos contratos, assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) Nos contratos de compra e venda de móveis ou imóveis mediante pagamento em prestações, consideram-se nulas de pleno direito as cláusulas que estabeleçam a perda total das prestações pagas em benefício do credor que, em razão do inadimplemento, pleitear a resolução do contrato e a retomada do produto alienado.
- (B) Os contratos de adesão escritos serão redigidos em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis, cujo tamanho da fonte não será inferior ao corpo doze, de modo a facilitar sua compreensão pelo consumidor.
- (C) No fornecimento de produtos ou serviços que envolva outorga de crédito ou concessão de financiamento ao consumidor, é assegurado ao consumidor a liquidação antecipada do débito, total ou parcialmente, mediante redução proporcional dos juros e demais acréscimos.
- (D) Nos contratos do sistema de consórcio de produtos duráveis, a compensação ou a restituição das parcelas quitadas, na forma prevista na lei, não poderá ter descontados os prejuízos que o desistente ou inadimplente causar ao grupo, os quais devem ser demonstrados em juízo.
- (E) Contrato de adesão é aquele com cláusulas pré-aprovadas pelo fornecedor, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo, sendo que a inserção de cláusula no formulário não desfigura a natureza de adesão do contrato.

**32**

**No que diz respeito aos direitos básicos dos consumidores, à luz do Código de Defesa do Consumidor (CDC), informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.**

- ( ) O rol dos direitos básicos dos consumidores, previsto no artigo 6º do CDC, é *numerus clausus*.
- ( ) É direito básico do consumidor com deficiência, observado o disposto em regulamento, a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, assim como para os consumidores que não possuem deficiência.
- ( ) O consumidor tem direito à informação acerca dos preços dos produtos por unidade de medida, tal como por quilo, por litro, por metro ou por outra unidade, conforme o caso.
- ( ) É direito básico do consumidor a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação e quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências.
- ( ) A educação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações, é direito básico do consumidor.

- (A) V – F – V – F – V.
- (B) V – V – F – V – F.
- (C) V – V – F – F – V.
- (D) F – F – V – V – F.
- (E) F – V – V – F – V.

**33**

**A respeito da cobrança de dívidas, à luz do Código de Defesa do Consumidor (CDC), é correto afirmar que**

- (A) o consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, ainda que tenha havido engano justificável por parte do fornecedor.
- (B) os cadastros e dados de consumidores devem ser objetivos, claros, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, não podendo conter informações negativas referentes a período superior a dez anos.
- (C) a abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo deverá ser comunicada ao consumidor, ainda que verbalmente, quando não solicitada por ele.
- (D) os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito e congêneres são considerados entidades de caráter público.
- (E) o consumidor terá acesso às informações existentes em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo arquivados sobre ele, tendo o fornecedor o direito ao sigilo das suas respectivas fontes.

**34**

**Em audiência no Juizado Especial Cível, o autor narra que adquiriu uma televisão, mas, após três meses de uso, ela apresentou defeito no painel, impossibilitando o funcionamento. O fornecedor se recusou a resolver o problema. Segundo o Código de Defesa do Consumidor (CDC), qual é o prazo legal para o fornecedor sanar o vício do referido produto?**

- (A) 15 dias.
- (B) 20 dias.
- (C) 30 dias.
- (D) 45 dias.
- (E) 90 dias.

**35**

**Sobre a prescrição e a decadência no Código de Defesa do Consumidor (CDC), assinale a alternativa correta.**

- (A) O prazo para reclamar por vício aparente em produto durável é de 90 dias.
- (B) O prazo prescricional para reparação por fato do produto é de 5 anos, a partir da celebração do contrato.
- (C) O prazo decadencial para vício oculto em serviço não durável é de 30 dias, contados da contratação do serviço.
- (D) O prazo prescricional para reparação por vício do produto é de 2 anos, contados da data da entrega do produto ao consumidor.
- (E) O prazo prescricional para a reparação pelos danos causados por fato do serviço inicia a contagem a partir do ato lesivo.

## Direito Civil

36

A respeito de prescrição e decadência, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- ( ) A prescrição extingue a pretensão, enquanto a decadência extingue o próprio direito.
- ( ) É possível renunciar à prescrição consumada, mas não à decadência.
- ( ) Os prazos prescricionais podem ser modificados por convenção das partes.
- ( ) O juiz pode reconhecer de ofício a prescrição em qualquer grau de jurisdição.

- (A) V – F – F – F.
- (B) V – V – F – V.
- (C) V – V – F – F.
- (D) F – V – V – F.
- (E) V – F – V – F.

37

Considere que, em audiência de instrução no Juizado Especial, o juiz leigo ouviu testemunhas em ação de cobrança de honorários. Após encerrar a instrução, elaborou um resumo dos depoimentos para encaminhar ao juiz titular. Nessa situação, é correto afirmar que

- (A) o resumo equivale a relatório final e dispensa homologação.
- (B) o juiz leigo deve encaminhar relatório e eventual projeto de sentença ao juiz titular para análise.
- (C) os depoimentos somente podem ser colhidos pelo juiz titular, sendo vedado ao juiz leigo fazê-los.
- (D) o relatório do juiz leigo substitui a prova oral, bastando às partes assinarem.
- (E) o juiz leigo está impedido de atuar em instrução, cabendo-lhe apenas conciliação.

38

Sobre o contrato de compra e venda com reserva de domínio, é correto afirmar que

- (A) o comprador adquire a propriedade imediatamente.
- (B) a propriedade só se transfere ao comprador com o pagamento integral do preço.
- (C) o comprador não pode transferir a posse do bem antes da quitação, sob pena de nulidade absoluta.
- (D) o contrato é inválido se não houver cláusula de pagamento em dinheiro.
- (E) a reserva de domínio não pode ser inscrita em registro público.

39

De acordo com o Código Civil e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) acerca do contrato de seguro, assinale a alternativa correta.

- (A) A cláusula limitativa de cobertura é nula de pleno direito, pois restringe a função social do contrato.
- (B) A boa-fé objetiva deve orientar apenas o segurado; a seguradora, por sua vez, está vinculada exclusivamente às condições expressas na apólice.
- (C) A seguradora não pode exonerar-se da obrigação de indenizar, ainda que o sinistro resulte de omissão dolosa do segurado sobre circunstância relevante ao risco.
- (D) O contrato de seguro tem natureza bilateral e aleatória, exigindo a presença do interesse legítimo do segurado como requisito de validade.
- (E) A indenização securitária deve sempre corresponder ao valor de mercado do bem, ainda que a apólice estipule limite inferior.

40

Considere que, durante instrução de demanda sobre indenização por dano moral em Juizado Especial, o juiz leigo colheu prova testemunhal e elaborou projeto de sentença reconhecendo a responsabilidade civil do réu. Esse projeto de sentença

- (A) tem eficácia imediata como sentença, independentemente de homologação.
- (B) deve ser encaminhado ao juiz titular para homologação.
- (C) vincula o juiz titular, que só pode homologar ou rejeitar integralmente.
- (D) pode ser impugnado pelas partes diretamente perante a Turma Recursal.
- (E) só poderá ser utilizado como parecer consultivo, sem valor decisório.

**41**

**A responsabilidade civil pela perda de uma chance ocorre quando**

- (A) há prejuízo efetivo e imediato causado por conduta ilícita.
- (B) o dano consiste na frustração de uma oportunidade real e presumida de obter vantagem.
- (C) o prejuízo é presumido, bastando a prova da culpa.
- (D) se exige prova do resultado final que teria ocorrido.
- (E) o ressarcimento é simbólico, sem necessidade de quantificação econômica.

**42**

**Considere que, em uma ação proposta no Juizado Especial Cível, um consumidor busca a reparação por danos materiais contra uma sociedade empresária que deixou de entregar produto adquirido. Durante a instrução, constatou-se que a empresa não possui bens em seu nome e que seus sócios vêm utilizando a conta bancária da sociedade para pagamento de despesas pessoais, inclusive mensalidades escolares e viagens familiares. O juiz leigo, ao elaborar seu projeto de sentença, pondera sobre a possibilidade de responsabilizar diretamente os sócios. Nesse contexto, a medida cabível é**

- (A) reconhecer a insolvência da empresa e extinguir o processo, sem julgamento do mérito.
- (B) aplicar a teoria da desconsideração da personalidade jurídica, diante da confusão patrimonial, sugerindo a responsabilização dos sócios.
- (C) rejeitar o pedido contra os sócios, pois a desconsideração é vedada nos Juizados Especiais em razão do procedimento simplificado.
- (D) determinar a penhora imediata dos bens pessoais dos sócios, independentemente de decisão judicial.
- (E) encaminhar o caso obrigatoriamente ao Ministério Público para que proponha ação autônoma contra os sócios.

**43**

**Em relação ao regime jurídico do condomínio edilício, assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) Cada condômino tem direito a usar sua unidade de forma exclusiva.
- (B) As despesas comuns devem ser rateadas proporcionalmente à fração ideal, salvo disposição em contrário da convenção.
- (C) O inadimplemento das cotas condominiais pode ensejar execução.
- (D) A convenção de condomínio deve ser registrada no Cartório de Registro de Imóveis.
- (E) O direito de propriedade sobre a unidade é resolúvel e condicionado à anuência da assembleia.

**44**

**Na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), em caso de lacuna da lei, o juiz deve decidir**

- (A) pela ausência de previsão normativa, deixando de integrar a norma.
- (B) valendo-se unicamente da analogia, vedado o uso da equidade.
- (C) com base na analogia, nos costumes e nos princípios gerais de direito.
- (D) utilizando-se exclusivamente dos costumes, considerados fonte subsidiária.
- (E) com fundamento no direito comparado.

**45**

**Segundo o Código Civil, o domicílio da pessoa natural é**

- (A) o local de nascimento registrado em certidão pública.
- (B) o lugar onde ela exerce sua atividade principal e permanente.
- (C) o local onde ela mantém sua família, ainda que não resida nele.
- (D) o lugar onde ela estabelece residência com ânimo definitivo.
- (E) o município de sua última residência conhecida.

## Direito Processual Civil

46

Elza, titular de plano de saúde, teve negada a cobertura de procedimento cardíaco urgente. Diante do risco de dano imediato, ajuizou demanda com petição inicial simplificada, indicando o pedido final e instruindo-a com relatórios médicos, requerendo providência satisfativa imediata para autorização e custeio do procedimento. O juiz deferiu a medida liminarmente e fixou prazo para o aditamento da inicial, nos termos do Código de Processo Civil.

No caso narrado, é correto afirmar que a tutela provisória requerida ostenta a natureza de

- (A) cautelar antecedente.
- (B) antecipada de urgência.
- (C) cautelar de urgência.
- (D) antecipada de evidência.
- (E) cautelar de evidência.

47

Leonardo ajuizou ação de cobrança contra Alfa Ltda. Na análise dos autos, o advogado da ré observa: (i) Leonardo juntou recibos que a própria Alfa reconhece como pagamento parcial; (ii) o contrato prevê compensação de valores entre as partes, e a ré afirma possuir créditos contra o autor; (iii) há indícios de novação objetiva, pois as partes firmaram instrumento particular posterior ao contrato original, prevendo novo parcelamento, carência de 90 dias, taxa de juros diversa e cláusula expressa de que “o presente ajuste substitui e novará integralmente a obrigação anterior”; (iv) tramita, na mesma comarca, outra ação proposta por Bruna contra Alfa Ltda., comum quanto à causa de pedir, pois ambas as demandas se fundam no mesmo contrato e nos mesmos fatos; e (v) o patrono cogita suscitar suspeição do juiz, por suposta inimizade com dirigente da empresa.

Nesse contexto, de acordo com o Código de Processo Civil, é correto afirmar que incumbe à Alfa Ltda., antes de discutir o mérito, alegar em preliminar de contestação o(a)

- (A) pagamento.
- (B) novação.
- (C) compensação.
- (D) conexão.
- (E) suspeição.

48

Segundo o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta acerca da petição inicial e da audiência de instrução e julgamento.

- (A) Ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos legais ou apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento do mérito, o juiz indeferirá de imediato a petição inicial.
- (B) Indeferida a petição inicial, o autor poderá interpor apelação, que será encaminhada ao tribunal independentemente de juízo de retratação.
- (C) Instalada a audiência, o juiz tentará conciliar as partes, desde que não tenha havido utilização prévia de outros métodos consensuais de solução de conflitos, como a mediação e a arbitragem.
- (D) A audiência é una e contínua, podendo ser excepcional e justificadamente cindida na ausência de perito ou de testemunha, desde que haja concordância das partes.
- (E) A audiência será privada, ressalvadas as exceções legais.

49

Considerando o disposto no Código de Processo Civil, assinale a alternativa INCORRETA acerca das provas.

- (A) O juiz inquirirá as testemunhas separada e sucessivamente, primeiro as do autor e depois as do réu, e providenciará para que uma não ouça o depoimento das outras.
- (B) Cabe à parte requerer o depoimento pessoal da outra parte, a fim de que esta seja interrogada na audiência de instrução e julgamento, sem prejuízo do poder do juiz de ordená-lo de ofício.
- (C) A produção antecipada da prova previne a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta.
- (D) A confissão feita por um representante somente é eficaz nos limites em que este pode vincular o representado.
- (E) Quando a lei exigir instrumento público como da substância do ato, nenhuma outra prova, por mais especial que seja, pode suprir-lhe a falta.

**50**

**Assinale a alternativa correta à luz do Código de Processo Civil.**

- (A) Se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito influir no julgamento do mérito, caberá ao juiz tomá-lo em consideração, de ofício ou a requerimento da parte, no momento de proferir a decisão.
- (B) Haverá resolução de mérito quando o juiz reconhecer a existência de perempção, de litispendência ou de coisa julgada.
- (C) Após a citação do réu, o autor não poderá desistir da ação sem o consentimento daquele.
- (D) Se o autor der causa, por três vezes, à extinção do processo por abandono, ficará impedido de propor nova ação contra o réu com o mesmo objeto, não podendo sequer invocar, em defesa, o respectivo direito.
- (E) A verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença, faz coisa julgada.

**51**

**De acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.**

- (A) O cumprimento da sentença que reconhece o dever de pagar quantia, provisório ou definitivo, far-se-á de ofício ou a requerimento do exequente.
- (B) A autocomposição judicial pode envolver sujeito estranho ao processo e versar sobre relação jurídica que não tenha sido deduzida em juízo.
- (C) A decisão judicial ainda não transitada em julgado poderá ser levada a protesto, nos termos da lei, depois de transcorrido o prazo para seu pagamento voluntário.
- (D) Transcorrido o prazo legal sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de quinze dias para que o executado apresente, nos próprios autos, sua impugnação, contado da intimação da penhora.
- (E) Constituem títulos executivos judiciais a decisão homologatória de autocomposição judicial e o instrumento de transação referendado pelo Ministério Público ou pela Advocacia Pública.

**52**

**Em relação aos recursos, assinale a alternativa correta.**

- (A) Os recursos impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.
- (B) No ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de perempção.
- (C) As questões resolvidas na fase de conhecimento, se a decisão a seu respeito não comportar agravo de instrumento, não são cobertas pela preclusão e serão conhecidas de ofício pelo Tribunal em grau de apelação, independentemente de provocação das partes, por se tratarem de matérias de ordem pública.
- (D) Cabe agravo de instrumento contra decisões interlocutórias que versarem sobre tutelas provisórias e que deferirem a gratuidade da justiça.
- (E) O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.

**53**

**Em relação ao Código de Processo Civil, especialmente ao processo de execução, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.**

- ( ) **A existência de título executivo extrajudicial não impede a parte de optar pelo processo de conhecimento, a fim de obter título executivo judicial.**
- ( ) **São títulos executivos extrajudiciais: o documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas e a sentença arbitral.**
- ( ) **O executado, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá se opor à execução por meio de embargos, os quais serão distribuídos por dependência e autuados em apartado.**
- ( ) **A cobrança de multas ou de indenizações decorrentes de litigância de má-fé ou de prática de ato atentatório à dignidade da justiça será promovida em autos apartados do processo principal.**

- (A) F – V – V – F.
- (B) F – F – V – V.
- (C) V – F – F – V.
- (D) V – V – F – F.
- (E) V – F – V – F.

**54**

A empresa Guma S.A., com sede em São Paulo, firmou contrato com Nívia, residente em Goiânia, contendo cláusula de eleição de foro em favor da Comarca de São Paulo. Alegando inadimplemento contratual, Nívia propôs ação de cobrança em Goiânia. Citada, a ré apresentou contestação apenas de mérito, sem suscitar incompetência. Após o saneamento, a ré peticionou requerendo a remessa dos autos ao foro eleito, com base na cláusula contratual.

Considerando a situação narrada, assinale a alternativa correta de acordo com o Código de Processo Civil.

- (A) A competência territorial fixada por eleição de foro é relativa e, se não arguida em preliminar de contestação, considera-se prorrogada.
- (B) A cláusula de eleição de foro estabelece competência absoluta, podendo o juiz declinar de ofício, ainda que a ré não a tenha arguido na contestação.
- (C) A incompetência territorial, ainda que não arguida na contestação, pode ser suscitada a qualquer tempo, não havendo prorrogação.
- (D) A ausência de alegação de incompetência na contestação impõe nulidade absoluta dos atos praticados no foro escolhido pelo autor.
- (E) Em casos de eleição de foro, o autor é obrigado a propor a ação no foro eleito, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito.

**55**

Em relação às intervenções de terceiros previstas no Código de Processo Civil, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

- I. Na assistência, se qualquer parte alegar que falta ao requerente interesse jurídico para intervir, o juiz decidirá o incidente, sem suspensão do processo.
- II. O *amicus curiae* pode recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas.
- III. O incidente de desconsideração da personalidade jurídica é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.
- IV. Admite-se o chamamento ao processo do afiançado na ação em que o fiador figure como réu, podendo o requerimento ser formulado por qualquer das partes.

- (A) Apenas I e III.
- (B) Apenas II e IV.
- (C) Apenas I, II e III.
- (D) Apenas II, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

## Direito Penal

56

**A respeito da natureza do elemento volitivo caracterizador da infração penal, os crimes podem ser classificados em:**

- (A) comissivo, omissivo e comissivo-omissivo.
- (B) instantâneo, permanente e instantâneo de efeitos permanentes.
- (C) material, formal e de mera conduta.
- (D) unissubsistente e plurissubsistente.
- (E) doloso, culposo e preterdoloso.

57

**Acerca da legítima defesa e do estado de necessidade, assinale a alternativa correta.**

- (A) Na legítima defesa, a ação lesiva é dirigida contra o bem jurídico de um indivíduo que de modo nenhum deu motivo para o surgimento da situação de perigo. Já no estado de necessidade, é o bem do agressor que é atingido pela reação do agredido.
- (B) Na legítima defesa, a origem do perigo ao bem jurídico decorre exclusivamente de agressão humana ilícita. Já no estado de necessidade, o perigo para o bem jurídico pode derivar de conduta humana ou de evento natural.
- (C) No estado de necessidade, há uma reação diante da necessidade de salvar um bem ameaçado, enquanto na legítima defesa há uma ação contra bem jurídico pertencente ao autor da agressão injusta.
- (D) A legítima defesa e o estado de necessidade dependem da ponderação de interesses, de modo que só excluem a ilicitude da conduta quando o bem jurídico sacrificado for menos importante do que o bem jurídico salvo.
- (E) No estado de necessidade, há uma disputa entre a licitude da conduta de quem se defende e a ilicitude da conduta de quem agride. Já na legítima defesa, a disputa ocorre entre dois interesses lícitos, um dos quais é sacrificado para que o outro seja salvo.

58

**Uma pessoa foi denunciada pelo Ministério Público porque, em maio de 2021, teria cometido um crime. A denúncia foi oferecida no ano de 2023, depois da entrada em vigor da lei que aumentou a pena mínima cominada ao crime. Nesse contexto, no momento de elaborar o projeto de sentença, o juiz leigo deve considerar que, de acordo com o Código Penal e os princípios do Direito Penal, a pena aplicável será a vigente**

- (A) no momento do oferecimento da denúncia, já que constitui o marco de consolidação da pretensão punitiva estatal e, com isso, define a lei aplicável ao caso.
- (B) à época da sentença, já que o princípio da obrigatoriedade da lei penal impõe a aplicação imediata da lei nova, ainda que mais severa.
- (C) quando do oferecimento da denúncia, já que, enquanto não houver trânsito em julgado, a lei nova deve alcançar os fatos ocorridos antes de sua vigência, como expressão do princípio da legalidade.
- (D) à época da publicação da sentença, dada a exigência de aplicação da lei penal mais recente como expressão da política criminal.
- (E) na data do cometimento do crime, afastando a aplicação da lei posterior por ser mais grave, em respeito ao princípio da irretroatividade da lei penal.

59

**Em relação à pena aplicável em caso de concurso de crimes, quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplica-se-lhe**

- (A) a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas.
- (B) a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada de metade até o triplo.
- (C) a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços.
- (D) cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido.
- (E) a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade.

**60****Sobre consumação do crime, assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) Nos crimes materiais, a consumação ocorre com a produção do resultado de dano ou de perigo descrito no tipo penal.
- (B) Nos crimes habituais, a consumação ocorre com a prática do primeiro ato, isoladamente considerado.
- (C) Nos crimes omissivos próprios, a consumação ocorre no local e no momento em que o sujeito ativo deveria agir e não o fez.
- (D) Nos crimes permanentes, a consumação se protraí no tempo, desde o instante em que nele se reúnem os seus elementos até que cesse o comportamento do agente.
- (E) Nos crimes de mera conduta comissivos, a consumação ocorre com a própria ação, já que não se exige resultado material.

## **Direito Processual Penal**

**61****Em processo que tramita perante um Juizado Especial Criminal, o querelante, maior de 21 anos de idade, ofereceu perdão ao querelado depois do recebimento da queixa-crime. Nesse caso, ao receber o processo para elaborar o projeto de decisão, de acordo com o Código de Processo Penal, o juiz leigo deve considerar que**

- (A) por ser preferível um julgamento de mérito, o perdão só produzirá efeitos em caso de procedência da pretensão acusatória.
- (B) o perdão concedido extingue automaticamente a punibilidade, não dependendo de aceitação do querelado, por ser um ato unilateral.
- (C) a extinção da punibilidade pelo perdão dependerá de aceitação e, se posterior à citação, de homologação judicial.
- (D) o perdão concedido após o recebimento da queixa-crime não produz efeitos em relação à punibilidade.
- (E) o querelado deverá ser intimado a dizer se aceita o perdão e, caso aceite o perdão, a punibilidade deverá ser declarada extinta.

**62****Em relação à competência jurisdicional, o Código de Processo Penal estabelece que será determinada**

- (A) de regra, pelo lugar do domicílio ou da residência do réu.
- (B) pela continência, quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.
- (C) pelo lugar em que for praticado o último ato de execução no caso de crime tentado.
- (D) por distribuição toda vez que, concorrendo dois ou mais juízes igualmente competentes ou com jurisdição cumulativa, um deles tiver antecedido aos outros na prática de algum ato do processo.
- (E) pela conexão, quando duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração penal.

**63**

**Em relação às diferenças e semelhanças entre procedimento comum ordinário, sumário e sumaríssimo, no âmbito do processo penal, assinale a alternativa correta de acordo com o Código de Processo Penal e a Lei nº 9.099/1995.**

- (A) No rito ordinário e no rito sumário, produzidas as provas, ao final da audiência, as partes podem requerer diligências cuja necessidade se origine de circunstâncias ou fatos apurados na instrução.
- (B) No procedimento sumário, cada uma das partes pode arrolar até 6 testemunhas, enquanto no procedimento sumaríssimo, até 3 testemunhas.
- (C) No procedimento ordinário, o recurso em sentido estrito contra a decisão que não receber a denúncia ou a queixa deve ser interposto em até 5 dias, enquanto no procedimento sumaríssimo, para a mesma hipótese, o recurso em sentido estrito deve ser interposto em até 2 dias.
- (D) Nos ritos ordinário e sumário, o acusado tem o prazo de 10 dias para responder à acusação por escrito, enquanto no procedimento sumaríssimo tem o prazo de 5 dias para apresentar a resposta à acusação por escrito.
- (E) No procedimento sumário, as partes têm o prazo sucessivo de 5 dias para a apresentação de alegações finais por memoriais, enquanto no procedimento ordinário as partes dispõem do prazo de 10 dias.

**64**

**A respeito dos princípios processuais penais, assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) O princípio do juiz natural, em sentido positivo, assegura o direito ao juiz competente predeterminado por lei e, em sentido negativo, estabelece a vedação dos tribunais de exceção.
- (B) O princípio da presunção de inocência está constitucionalmente representado pela fórmula da consideração da não culpabilidade.
- (C) O princípio da motivação das decisões judiciais tem por finalidades permitir o conhecimento das partes acerca das razões de decidir, possibilitando a impugnação da decisão, e permitir o controle social sobre a atividade jurisdicional.
- (D) O duplo grau de jurisdição assegura o direito ao reexame das decisões por um órgão jurisdicional diverso daquele que as proferiu, sendo a possibilidade de interposição de recurso especial e recurso extraordinário manifestação desse princípio.
- (E) O princípio do devido processo legal, no aspecto processual, pode ser considerado um princípio síntese, que engloba os demais princípios e garantias processuais assegurados constitucionalmente.

**65**

**De acordo com o Código de Processo Penal, o início da cadeia de custódia dá-se com**

- (A) o ato de recolher o vestígio que será submetido à análise pericial.
- (B) a preservação do local de crime ou com procedimentos policiais ou periciais nos quais seja detectada a existência de vestígio.
- (C) a descrição detalhada do vestígio conforme se encontra no local de crime ou no corpo de delito.
- (D) o exame pericial em si, ou seja, com a manipulação do vestígio de acordo com a metodologia adequada às suas características.
- (E) o registro do vestígio em laudo pericial preliminar, ainda no local do crime, pelo perito oficial.

## Direito Constitucional

66

**A respeito da ordem social, da educação, da cultura, da comunicação social e do meio ambiente, conforme a disciplina da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.**

- (A) A seguridade social é financiada integralmente por meio de recursos da União.
- (B) O texto constitucional prevê a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino médio.
- (C) Os meios de comunicação social podem ser objeto de monopólio, desde que haja autorização legal.
- (D) As formas de expressão e os modos de criar, fazer e viver inserem-se no que se considera patrimônio cultural brasileiro.
- (E) As atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, alternativamente, a sanções penais e administrativas ou à obrigação de reparar os danos causados.

67

**De acordo com a jurisprudência do STF, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.**

- ( ) **As decisões do STF formalizadas sob o regime de repercussão geral estão inseridas no controle difuso de constitucionalidade, razão pela qual não possuem efeitos vinculantes.**
- ( ) **O Poder Legislativo, na sua atribuição típica, não se submete aos efeitos das súmulas vinculantes.**
- ( ) **A tramitação simultânea de ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal e de incidente de arguição de inconstitucionalidade em tribunal de justiça de segunda instância usurpa a competência daquele Tribunal.**

- (A) F – V – F.
- (B) V – V – F.
- (C) V – F – V.
- (D) F – V – V.
- (E) F – F – F.

68

**A respeito dos *writs* constitucionais, observada a jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta.**

- (A) A concessão de mandado de segurança depende de que o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder seja autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- (B) A concessão de *habeas corpus* exige violência ou coação concreta à liberdade de locomoção, não bastando a mera ameaça.
- (C) O *habeas data* é meio adequado para retificação de dados desde que essa providência não seja viável em sede de processo judicial ou administrativo.
- (D) O texto constitucional prevê a gratuidade para o *habeas corpus*, excluídos dessa prerrogativa o mandado de segurança e o *habeas data*.
- (E) A concessão de mandado de injunção é admissível nas situações em que a falta de norma regulamentadora tornar inviável o exercício de qualquer direito.

69

**Acerca do controle de constitucionalidade, em atenção à jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta.**

- (A) Nos processos objetivos de controle de constitucionalidade, admite-se a interposição de recursos por terceiros estranhos à relação processual.
- (B) Nas ações diretas de inconstitucionalidade, o empate decisório entre os Ministros do STF implica juízo de improcedência da respectiva ação, sem efeito vinculante e eficácia *erga omnes*.
- (C) Atos regulamentares que vão além do conteúdo da lei estão sujeitos ao controle de constitucionalidade.
- (D) Considera-se fechada a causa de pedir nas ações de controle concentrada, razão pela qual o julgamento está adstrito às normas constitucionais indicadas na petição inicial.
- (E) Os Tribunais de Justiça podem exercer o *controle abstrato de constitucionalidade* de leis municipais, utilizando a Constituição Federal de 1988 como parâmetro, desde que não envolva normas constitucionais de reprodução obrigatória pelos Estados-membros.

70

Considere a seguinte situação hipotética:

O Poder Legislativo de determinado Estado da Federação, via emenda constitucional, inseriu, na respectiva Constituição Estadual, três dispositivos:

X – estabelece que a privatização de empresas estatais somente pode ocorrer após consulta plebiscitária.

Y – estabelece hipótese de intervenção do Estado nos municípios ali situados, para garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes.

Z – estabelece hipótese de intervenção do Estado nos municípios ali situados, no caso de prática de atos de corrupção e/ou improbidade no Município.

À luz da jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta.

- (A) As alterações legislativas de “X” a “Z” são inconstitucionais, porquanto destoam das normas de reprodução obrigatória da Constituição Federal de 1988 relativas a plebiscito – no caso “X” – e intervenção dos Estados – nos casos “Y” e “Z”.
- (B) Apenas as alterações legislativas “X” e “Z” são inconstitucionais, porquanto destoam das normas de reprodução obrigatória da Constituição Federal de 1988 relativas a plebiscito e intervenção dos Estados, respectivamente.
- (C) Apenas as alterações legislativas “Y” e “Z” são inconstitucionais, porquanto destoam das normas de reprodução obrigatória da Constituição Federal de 1988 relativas a intervenção dos Estados.
- (D) Apenas a alteração legislativa “X” é inconstitucional, porquanto destoa das normas de reprodução obrigatória da Constituição Federal de 1988 relativa a plebiscito.
- (E) Apenas a alteração legislativa “Z” é inconstitucional, porquanto destoa das normas de reprodução obrigatória da Constituição Federal de 1988 relativa à intervenção dos Estados.

## Direito Administrativo

71

Para ampliar a inclusão bancária e operar programas de financiamento habitacional, foi instituída a FinançaBra, pessoa jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital social integralmente público, de titularidade exclusiva da União, sem participação de particulares. A entidade presta serviços bancários típicos (contas, empréstimos e poupança vinculados a políticas públicas) e contrata pessoal pelo regime celetista, mediante concurso público. Nesse contexto, no âmbito da organização administrativa, é correto afirmar que a FinançaBra configura

- (A) órgão público.
- (B) sociedade de economia mista.
- (C) empresa pública.
- (D) autarquia.
- (E) serviço social autônomo.

72

Determinado município celebrou contrato administrativo de manutenção da iluminação pública com a empresa Luz & Via Ltda. Diante de circunstâncias supervenientes contemporâneas à execução contratual, a Administração determinou a alteração unilateral quantitativa do ajuste, suprimindo determinado montante, dentro dos limites legais.

Nessa hipótese, é correto afirmar que o princípio administrativo que predominantemente fundamenta as cláusulas exorbitantes é a

- (A) supremacia do interesse público sobre o privado.
- (B) legalidade.
- (C) indisponibilidade do interesse público.
- (D) continuidade do serviço público.
- (E) eficiência.

73

A Vigilância Sanitária municipal realizou inspeção em um mercado e constatou grande quantidade de laticínios fora de refrigeração, com risco imediato à saúde pública. Com base em lei municipal e diante da urgência, a autoridade lavrou auto de interdição do setor de frios e determinou a apreensão e a inutilização imediata dos produtos, sem ordem judicial e independentemente da concordância do particular. Inconformado, o estabelecimento sustentou que a Administração somente poderia adotar tais medidas mediante decisão judicial.

**Nesse contexto, considerando os atributos e requisitos dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.**

- (A) A atuação direta da Administração, sem ordem judicial, decorre da imperatividade, que autoriza a execução material do ato.
- (B) A medida administrativa funda-se na presunção de legitimidade, a qual permite impor obrigações e executar o ato de imediato.
- (C) A validade do ato depende da motivação, elemento que autoriza a execução direta da medida sem intervenção do Poder Judiciário.
- (D) A medida administrativa decorre da exigibilidade, atributo que confere poder de execução material imediata ao ato, independentemente de previsão legal ou de situação de urgência.
- (E) A atuação imediata e direta, quando prevista em lei ou justificada pela urgência, decorre da autoexecutoriedade do ato administrativo.

74

Em serventia judicial vinculada ao Tribunal de Justiça do Estado Beta, o servidor Irineu, ao digitalizar autos físicos, extraviou, por desatenção, petição essencial ao cumprimento de sentença. Em razão do extravio, a exequente Irene perdeu o prazo para requerer a providência executiva cabível, sofrendo prejuízos materiais, pelo que pretende ser indenizada.

À luz do art. 37, § 6º, da Constituição Federal e do entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Irene deve ajuizar a ação exclusivamente contra o servidor Irineu, causador direto do dano.
- (B) Irene pode escolher, facultativamente, demandar apenas o servidor, apenas o Estado ou ambos, tratando-se de litisconsórcio passivo facultativo.
- (C) A ação indenizatória deve ser proposta, em litisconsórcio passivo necessário, contra o Estado Beta e o servidor, com base na teoria do risco administrativo.
- (D) Irene deve ajuizar a ação indenizatória em face do Estado Beta, porquanto o servidor é parte ilegítima para compor o polo passivo da demanda.
- (E) A ação deve ser proposta contra o Tribunal de Justiça do Estado Beta, órgão responsável pela serventia e dotado de personalidade jurídica própria.

75

À luz da Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. O simples exercício de função pública ou o desempenho de competências administrativas não afasta a responsabilização por improbidade, mesmo na ausência de comprovação de dolo com finalidade ilícita, bastando a culpa para a configuração do ato.
- II. As sanções previstas na Lei nº 8.429/1992 aplicam-se cumulativamente às pessoas jurídicas, ainda que o fato também seja sancionado como ato lesivo à Administração Pública nos termos da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).
- III. Incidem sobre o regime de improbidade disciplinado na Lei nº 8.429/1992 os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador.
- IV. Não configura improbidade a conduta comissiva ou omissiva fundada em interpretação divergente da lei, amparada em jurisprudência ainda não pacificada, ainda que tal entendimento não venha a prevalecer posteriormente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais.

- (A) Apenas I.
- (B) Apenas III.
- (C) Apenas II e IV.
- (D) Apenas III e IV.
- (E) Apenas I, II e III.

## Ética

76

Considere que João, na condição de conciliador regularmente cadastrado, diante de impasse entre as partes em face das opções por ele criadas, mesmo tendo convocado de ofício, sem consultá-las, profissional relativo à área de conhecimento envolvida, resolveu tomar decisões pelas partes a fim de resolver a questão. Acerca do código de ética de conciliadores e mediadores judiciais, observada a Resolução nº 125/2010, assinale a alternativa correta.

- (A) A conduta de João foi integralmente adequada, uma vez que a conciliação é obrigação de resultado.
- (B) A conduta de João foi integralmente inadequada, uma vez que desrespeitou a autonomia da vontade das partes.
- (C) A conduta de João foi adequada apenas com relação à convocação de ofício do profissional relativo à área de conhecimento envolvida.
- (D) A conduta de João foi adequada apenas no tocante ao oferecimento de opções às partes envolvidas.
- (E) A conduta de João foi inadequada apenas em relação à tomada final de decisão no lugar das partes.

77

A respeito da Resolução CNJ nº 174/2013, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

- ( ) A remuneração dos juizes leigos deverá ser fixada pelo Tribunal de Justiça com jurisdição no respectivo local de atuação.
- ( ) É vedada a suspensão ou o afastamento *ad nutum* dos juizes leigos.
- ( ) As homologações de sentença de extinção do processo, no caso de ausência do autor, desistência e embargos de declaração, não serão computadas para efeito de remuneração.

- (A) F – F – V.
- (B) V – F – V.
- (C) V – V – F.
- (D) F – F – F.
- (E) F – V – V.

**78**

**A respeito do Código de Ética de Juízes Leigos, em atenção à Resolução CNJ nº 174/2013, assinale a alternativa correta.**

- (A) Os juízes leigos devem realizar o pré-julgamento da causa.
- (B) O juiz leigo afastado por descumprir o Código de Ética fica impedido de atuar como auxiliar da justiça em qualquer outra unidade do Sistema dos Juizados Especiais.
- (C) Aos juízes leigos não se aplicam os motivos de impedimento e suspeição dos juízes togados.
- (D) Os juízes leigos que não sejam especialistas em Direito podem se abster de fundamentar os projetos de sentença.
- (E) Somente as partes podem representar, perante o juiz togado ou a Coordenação Estadual dos Juizados, contra o juiz leigo que descumpra seus deveres.

**79**

**A implementação da Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses, à luz da Resolução CNJ nº 125/2010, contempla as seguintes diretrizes:**

- (A) descentralização das estruturas judiciárias e acompanhamento estatístico específico.
- (B) formação e treinamento de mediadores adequados e acompanhamento estatístico genérico.
- (C) centralização das estruturas judiciárias e acompanhamento estatístico específico.
- (D) descentralização das estruturas judiciárias e formação e treinamento de mediadores adequados.
- (E) centralização das estruturas e acompanhamento estatístico genérico.

**80**

**Acerca dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Centros ou Cejuscs), em atenção à Resolução CNJ nº 125/2010, assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) As sessões de conciliação e mediação pré-processuais deverão ser realizadas nos Centros.
- (B) As sessões de conciliação e mediação judiciais deverão ser realizadas nos próprios juízos, juizados ou varas designadas pelo respectivo Tribunal.
- (C) O coordenador do Centro pode solicitar feitos de outras unidades judiciais com o intuito de organizar pautas concentradas ou mutirões.
- (D) As sentenças homologatórias prolatadas em processos encaminhados ao Centro, para fins estatísticos, serão contabilizadas para o juiz coordenador do Centro, no caso de reclamação pré-processual.
- (E) Faculta-se aos Tribunais, enquanto não instalados os Centros nas comarcas, regiões, subseções judiciárias e nos juízos do interior dos estados, implantar o procedimento de conciliação e mediação itinerante.

